

A evolução da renda do trabalho e a extensão do Auxílio Emergencial

Mais receita não resolve o problema do Orçamento Federal, e isso é ótimo

Indústria gaúcha completou 12 meses com quedas nas exportações

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

www.fiergs.org.br/economia

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

A evolução da renda do trabalho e a extensão do Auxílio Emergencial

Mês a mês, as horas trabalhadas e os rendimentos do trabalho da população brasileira se aproximam dos níveis habituais, diminuindo a necessidade de auxílios por parte do governo.

A pandemia derrubou a renda dos brasileiros, tanto de trabalhadores formais quanto de informais. No primeiro caso, entre os que ficaram empregados, boa parte recebeu o Benefício Emergencial, pago pelo Governo Federal a trabalhadores que tiveram o contrato de trabalho suspenso ou redução de jornada e salário. Esse benefício, além de evitar a perda do emprego, ajudou a recompor a renda. No segundo caso, o Auxílio Emergencial serviu como suporte a trabalhadores informais e Micro Empreendedores Individuais (MEIs), além de beneficiar desempregados e dar um aumento considerável de renda para os beneficiários do Bolsa Família.

Por conta dos auxílios, a recomposição da renda total dos brasileiros (renda do trabalho + auxílios) foi considerável, conforme já mostramos em edição passada do Informe Econômico ([link aqui](#)), inclusive com uma redução muito forte da pobreza. O programa pagou cinco parcelas de R\$ 600 entre abril e agosto e parcelas adicionais de R\$ 300 serão pagas até dezembro.

Nas últimas semanas, a criação de um programa de renda básica para 2021 ficou no centro do debate, seja pela extensão do Auxílio Emergencial, pela criação de um novo programa (Renda Brasil, Renda Cidadã, etc) ou “turbinando” o Bolsa Família. Entretanto, é importante avaliar a evolução da renda da população antes de se tirar qualquer conclusão quanto ao tema.

Os dados da PNAD Covid19/IBGE mostram que a renda do trabalho efetivamente recebida pela população brasileira está cada vez mais próxima à renda do trabalho habitualmente recebida, principalmente para os informais. Conforme mostra o primeiro gráfico, em maio, a renda do trabalho auferida caiu para 82% do habitualmente recebido por mês, sendo que em agosto, houve recuperação para 89% dos rendimentos habituais, uma elevação de 7 pontos percentuais. Olhando por outra ótica, a queda de renda em relação ao que normalmente era recebido saiu de 18% para 11% entre maio e agosto.

Entre os informais, principal foco do Auxílio Emergencial, a recuperação foi mais significativa, com a renda efetiva do trabalho passando de 64% da habitual em maio para 80% em agosto, um salto de 16 pontos percentuais. No setor privado formal, a recuperação foi menor, passando de 83% em maio para 90% em agosto (+7 pontos percentuais). Cabe destacar que o rendimento dos empregados no setor público praticamente não se alterou durante a pandemia, ficando próximo ao habitualmente recebido.

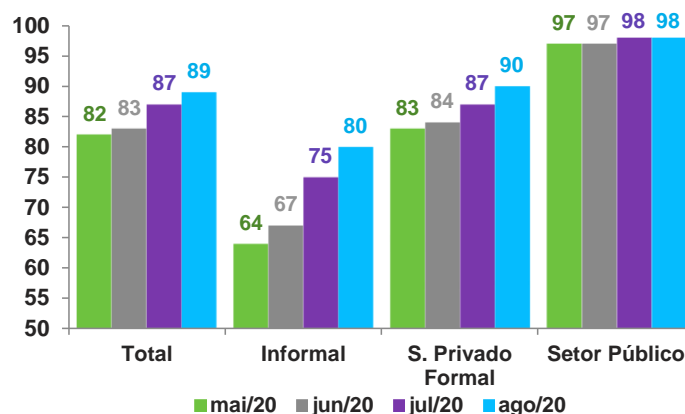
A volta paulatina em direção à normalidade também aparece nas horas trabalhadas, conforme ilustra o segundo gráfico. Em maio, a população trabalhou

apenas 69% do tempo habitual, sendo que este percentual subiu para 85% em agosto. Entre os informais, a evolução foi parecida, passando de 66% para 84% no mesmo período. Novamente, cabe destacar o setor público: mesmo com os rendimentos praticamente inalterados, as horas trabalhadas efetivas em agosto chegam apenas a 78% das habituais.

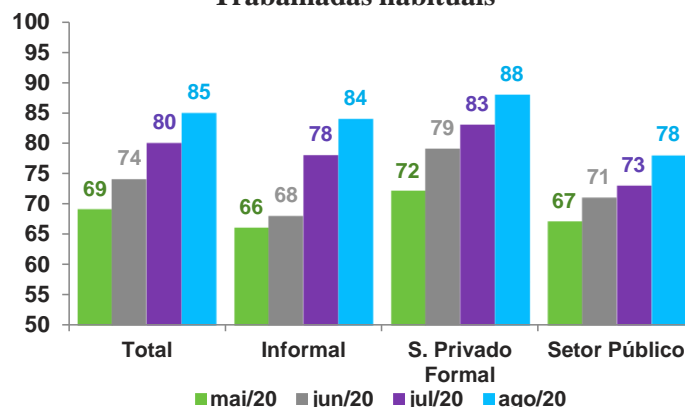
Portanto, com as atividades e os rendimentos praticante voltando aos níveis habituais, movimento que deve continuar nos próximos meses, diminui a necessidade de auxílio por parte do governo. Essa evolução positiva da renda do trabalho deve ajudar na continuidade da retomada da economia em 2021.

O auxílio emergencial cumpriu seu papel de amenizar as dificuldades da população de baixa renda em um momento de extrema dificuldade e incerteza durante a fase aguda da pandemia. Por mais meritório que seja, a função do programa não é diminuir o nível de pobreza pré-existente do País. Em outras palavras, não se resolve um problema estrutural com uma medida emergencial e temporária. Tornar permanente um gasto transitório não é viável pela falta de espaço fiscal para acomodar mais gastos no orçamento brasileiro.

Renda do Trabalho efetiva em % da Renda do Trabalho habitual



Horas Trabalhadas efetivas em % das Horas Trabalhadas habituais



Fonte: PNAD Covid19/IBGE.

Mais receita não resolve o problema do Orçamento Federal, e isso é ótimo

Mais receita não resolve as dificuldades de acomodar as despesas desejadas para 2021 no orçamento federal por conta do teto de gastos, e isso é uma boa notícia. No âmbito do Novo Regime Fiscal, o que nós temos é um teto para a despesa. Não adianta arrecadar mais. Esse mecanismo é que ancorou a estabilidade econômica pós-2016 e que deu credibilidade para o processo de ajuste suave dos *déficits* primários.

Se o teto for cumprido ao longo dos anos, lembrando que ele pode ser revisado em 2026, o ajuste fiscal invariavelmente ocorrerá. O comportamento da receita é relativamente previsível, ela avança igual à inflação mais o crescimento real do PIB. Dessa forma, se a despesa avançar limitada à inflação ao longo do tempo, a receita será maior do que a despesa, o que resultará na volta do *superávit* primário, que consiste na poupança para o pagamento do serviço da dívida.

Portanto, o teto dos gastos é o compromisso de que o Brasil realizará o ajuste pela via da contenção do avanço real das despesas, não pela via do aumento da carga tributária. Veja que o Teto existe para justamente colocar o Governo nessa situação difícil ao restringir o avanço das despesas. A discussão que acontece hoje ao redor da aprovação do orçamento para 2021 era algo esperado, talvez desejado, quando da aprovação da PEC do Teto. Colocando uma restrição orçamentária bem clara, o Executivo e o Legislativo precisam

enfrentar com mais seriedade as consequências das suas escolhas.

Hoje, por exemplo, o Brasil escolhe alocar 73% da despesa orçada para 2021 em previdência, pessoal e encargos e BPC (Benefício de Prestação Continuada). Dessa forma, os gastos obrigatórios representarão 94,7% do orçamento da União para o ano que vem. Sem a contenção das despesas obrigatórias, o caminho para o ajuste fiscal se concentra em áreas menos protegidas do orçamento. Uma das consequências desse quadro é a pequena margem para investimentos: estão previstos R\$ 25,9 bilhões, o menor patamar desde o início da série histórica do Tesouro Nacional. O valor destinado para a área de transportes no orçamento federal será de apenas R\$ 9,6 bilhões e para saneamento menos de R\$ 500 milhões.

Medidas que furam o teto dos gastos representam uma quebra do pacto de estabilidade do Novo Regime Fiscal. Mesmo que se crie um novo imposto para financiar o Renda Cidadã, essa medida significaria um desvio da trajetória de ajuste pactuada em 2016, tendo em vista que a despesa aumentaria acima da inflação. A pandemia já representou um grande desvio, justificada pelo estado de emergência, mas o salto provocado na dívida pública eleva de importância a manutenção do teto. Caso contrário, as medidas de gasto para estimular a economia terão efeito adverso, tendo em vista a necessidade de aumento da Selic e queda da confiança.

Indústria gaúcha completou 12 meses com quedas nas exportações

Em setembro, as exportações da Indústria do Rio Grande do Sul totalizaram US\$ 827,8 milhões, configurando a décima segunda queda consecutiva no comércio exterior, com retração de 25,4% em relação ao mesmo mês do ano passado (US\$ 1,1 bilhão).

A análise por setores de atividade econômica mostra que, dos 23 segmentos da indústria de transformação que registraram algum embarque em setembro, 17 apresentaram queda sob a base de comparação mensal. Na análise setorial, o resultado negativo foi disseminado entre os grandes exportadores, com exceção de Produtos de Metal (+38,5%). Tabaco (-61,1%), Veículos automotores (-40,8%) e Químicos (-28,0%) foram os que mais contribuíram para o fraco desempenho mensal.

O setor de Alimentos, com a maior participação setorial nas exportações da indústria gaúcha (24,8%), apresentou leve queda (-3,7%) na comparação mensal. O comércio ainda aquecido com a China (+59,7%) mantém as exportações do segmento em patamar elevado. Os principais produtos exportados foram Carne de frango (-13,6%) e Carne de suíno (+68,9%).

No acumulado do ano, as exportações industriais atingiram US\$ 7,5 bilhões, com retração de 21,2% em relação ao mesmo período de 2019. As exportações da indústria gaúcha para China no mês (-63,4%)

acentuaram a trajetória descendente do mês passado, o que piorou o resultado do ano (-24,4%). Por outro lado, os embarques da indústria para Argentina (+5,4%) e EUA (+8,2%) voltaram a crescer em setembro, diminuindo o impacto no acumulado até o terceiro trimestre do ano para o país vizinho (-20,7%) e para os EUA (-20,0%). Os resultados desconsideram a operação de uma plataforma de petróleo/gás, registrada como exportação, no âmbito Repetro, em jan/19.

A pandemia impactou duramente as vendas externas do Estado. Porém, as exportações da indústria já estavam sofrendo por conta da retração na demanda desde 2019. O principal fator, quando se trata de indústria, está localizado nos mercados da América Latina, em especial da Argentina. Em 2017, no acumulado do ano, o RS exportou R\$ 1,8 bilhão, no final de 2019 esse montante caiu para R\$ 933 milhões. No acumulado de janeiro a setembro de 2020 foi embarcado menos R\$ 149 milhões em comparação com o mesmo período ano anterior.

Em média, a pandemia derrubou em 20% a demanda global em 2020, sendo que os produtos manufaturados são mais sensíveis à queda na renda e contribuíram negativamente. A melhora esperada para os próximos meses deve estabilizar as quedas, mas a recuperação ainda é improvável.